



**Instituto de Estudos
Socioeconômicos**

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e
Relatório dos auditores independentes

Instituto de Estudos Socioeconômicos

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras..... 3

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa (Método indireto).....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores do
Instituto de Estudos Socioeconômicos
Brasília – DF

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do **Instituto de Estudos Socioeconômicos (“Instituto”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos do assunto mencionado na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Estudos Socioeconômicos em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (CPC PME) e normas específicas aplicáveis as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião com ressalva

Reconhecimento do custo atribuído ao ativo imobilizado

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, o Instituto registrou no exercício de 2019 custo atribuído sobre os itens do imobilizado no montante de R\$ 1.613.827. De acordo com as normas contábeis brasileiras, o registro de custo atribuído ao ativo imobilizado foi permitido somente na data de adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, que ocorreu anteriormente ao ano de 2019, não sendo admissível portanto o referido reconhecimento em data subsequente. Adicionalmente, observamos que durante esse período, não houve qualquer reconhecimento de depreciação reflexa dos itens reavaliados no patrimônio do Instituto, conforme prevê a referida norma. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2022, o ativo imobilizado e o patrimônio líquido encontram-se apresentados a maior em R\$ 1.613.827.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Valores correspondentes

Os valores correspondentes referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 23 de março de 2022, sem modificação.

Reclassificação dos saldos correspondentes de caixa e equivalentes de caixa

O saldo de aplicações financeiras no montante de R\$ 11.878.469 em 31 de dezembro de 2021 foi reclassificado no respectivo balanço patrimonial e demonstração dos fluxos de caixa da conta de Caixa e equivalentes de caixa para a conta de Aplicações financeiras para uma melhor apresentação.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (CPC PME) e normas específicas aplicáveis as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de maio de 2023.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP-031.269/O-1



Henrique Silva Premoli

Contador CRC 1SP-250.993/O-6



Cristiano Seabra Di Girolamo

Contador CRC BA-017826/O-4

Instituto de Estudos Socioeconômicos

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais)

Ativo	Notas	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.032.986	129.983
Aplicações financeiras	6	5.431.796	11.878.469
Adiantamentos a receber		44.668	75.980
Valores a recuperar		-	1.305
Despesas antecipadas		1.149	298
Total do ativo circulante		7.510.599	12.086.035
Não circulante			
Imobilizado	7	2.424.495	2.477.532
Intangível		63.240	65.251
Total do ativo não circulante		2.487.736	2.542.784
Total do Ativo (*)		9.998.335	14.628.819

(*) A entidade adota o uso de contas de compensação para seus registros contábeis. Ver detalhes na Nota Explicativa nº 19.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Estudos Socioeconômicos

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais)

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021
Circulante			
Fornecedores		1.400	5.400
Obrigações sociais, trabalhistas e fiscais	8	326.007	406.092
Projetos a realizar	9	5.084.505	8.243.364
Outras obrigações		295.540	64.036
Total do passivo circulante		5.707.452	8.718.892
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	10	4.296.100	4.463.037
Ajuste de avaliação patrimonial		1.613.827	1.613.827
Déficit do exercício		(1.619.044)	(166.937)
Total do patrimônio líquido		4.290.883	5.909.927
Total do passivo e patrimônio líquido(*)		9.998.335	14.628.819

(*) A entidade adota o uso de contas de compensação para seus registros contábeis. Ver detalhes na Nota Explicativa n° 19.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Estudos Socioeconômicos

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas de convênios			
Doações	11	10.255.787	10.820.387
Receitas sem restrições	12		
Rendimentos financeiros		1.127.196	239.387
Taxas administrativas		221.947	483.660
Outras receitas		114.947	123.960
Total de receitas		<u>11.719.877</u>	<u>11.667.394</u>
Despesas com atividades dos projetos	13		
Formar em orçamento e direitos		(1.534.913)	(504.938)
Incidir no orçamento e nas políticas		(486)	(1.515.904)
Atuar na defesa da reforma política		(1.434.895)	(1.316.346)
Inovar na gestão e na captação de recursos		(600)	(159.700)
Apoiar parceiros institucionalmente		(958.981)	(818.240)
Outras receitas		(251.738)	-
Sujeitos fortalecidos		(1.137.785)	-
Promover o direito às cidades		-	(137.022)
Influenciar espaços internacionais		-	(104.576)
Inovar a comunicação		-	(275.226)
		<u>(5.319.399)</u>	<u>(4.831.952)</u>
Despesas com pessoal	14		
Salários		(4.988.024)	(4.100.898)
Benefícios sociais		(1.009.476)	(1.196.651)
Encargos sociais		(406.888)	(366.440)
		<u>(6.404.388)</u>	<u>(5.663.989)</u>
Despesas operacionais	15		
Administrativas e gerais		(1.035.086)	(335.326)
Despesas financeiras		(186.560)	(85.631)
Taxa administrativa		(164.794)	(483.660)
Depreciação e amortização		(139.832)	(427.427)
Outras despesas operacionais		(88.861)	(6.346)
		<u>(1.615.133)</u>	<u>(1.338.391)</u>
Total de despesas	16	<u>(13.338.921)</u>	<u>(11.834.331)</u>
Isenções usufruídas	16		
Renúncia Fiscal obtida		909.402	1.056.807
Renúncia Fiscal		(909.402)	(1.056.807)
Déficit do exercício		<u>(1.619.044)</u>	<u>(166.937)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Estudos Socioeconômicos

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>Patrimônio social</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Déficit do exercício</u>	<u>Patrimônio Social</u>
Saldos em 1º. de janeiro de 2021		3.586.989	1.613.827	679.971	5.880.787
Ajustes de exercícios anteriores		196.077	-	-	196.077
Incorporação do superávit do exercício anterior		679.971	-	(679.971)	-
Déficit do exercício		-	-	(166.937)	(166.937)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		4.463.037	1.613.827	(166.937)	5.909.927
Incorporação do déficit do exercício anterior		(166.937)	-	166.937	-
Déficit do exercício		-	-	(1.619.044)	(1.619.044)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		4.296.100	1.613.827	(1.619.044)	4.290.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Estudos Socioeconômicos

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit líquido do exercício	(1.619.044)	(166.937)
Ajuste para		
Depreciação e amortização	139.832	427.427
Constituição de Reservas	-	1.271.945
	(1.479.212)	1.532.435
Variações nos ativos operacionais		
Adiantamento a funcionários	31.312	30.960
Adiantamento a terceiros	(851)	-
Estoque	-	(9.139)
Recursos de parceria em projetos	-	52.280
Valores a recuperar	1.305	-
	31.766	74.101
Variações nos passivos operacionais		
Contas a pagar - fornecedores	(4.000)	(9.600)
Projetos a realizar	(3.158.859)	-
Obrigações sociais, trabalhistas e fiscais	(80.085)	-
Outras obrigações	231.504	2.957.648
	(3.011.440)	2.948.048
Caixa líquido (aplicado nas) oriundo das atividades operacionais	(4.458.886)	4.554.584
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições em aplicações financeiras	-	(4.583.961)
Baixas de aplicações financeiras	6.446.673	-
Adições ao ativo Imobilizado	(82.318)	(363.472)
Adições ao ativo Intangível	(2.466)	-
	6.361.889	(4.974.433)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.903.003	(392.849)
Disponibilidades no final do exercício	2.032.986	129.983
(-) Disponibilidades no início do exercício	129.983	522.832
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.903.003	(392.849)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Estudos Socioeconômicos

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional

O Instituto de Estudos Socioeconômicos (“Instituto” ou “INESC”) é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com finalidade pública, não partidária, democrática, pluralista, com atuação em todo o território nacional, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

São objetivos e finalidades do INESC:

I - Atuar para o desenvolvimento sustentável; para o fortalecimento do processo democrático, do pluralismo, dos princípios éticos; para a promoção da cidadania, pela garantia do respeito aos direitos humanos individuais e coletivos e pela inclusão social, política, econômica e cultural;

II – Atuar para que o Poder Legislativo, seja um espaço efetivo de fortalecimento do processo democrático no país, por meio do assessoramento a parlamentares na discussão de temas de natureza social, econômica, política e na elaboração de documentos correlatos e inerentes ao processo legislativo;

III – Assessorar movimentos populares, organizações não governamentais, sindicatos, instituições de assistência social e outros organismos da sociedade civil brasileira na elaboração de propostas de políticas públicas do interesse dos setores da sociedade brasileira que defendem e/ou representam;

IV – Monitorar o processo legislativo, informando as organizações da sociedade civil sobre suas propostas e demandas em andamento no Congresso Nacional e vice-versa, de fora a promover a integração entre ambos;

V – Elaborar propostas de políticas públicas ao Poder Legislativo, ao Poder Executivos e à sociedade civil organizada e implementar as respectivas ações e atividades necessárias à sua aprovação;

VI – Promover educação informal e capacitação para identificação, diagnóstico e proposição de alternativas para problemas de natureza política, social, econômica, cultural e ambiental;

VII – Monitorar e avaliar a implementação, por parte do Poder Executivo, de políticas públicas de interesse da sociedade civil brasileira;

VIII – Promover e apoiar atividades culturais que contribuam para atingir os objetivos institucionais;

IX – Realizar estudos e pesquisas que contribuam para atingir os objetivos contidos nos itens anteriores; e

X – Prestar serviços de assessoria e consultoria a outras entidades da sociedade civil ou organismos públicos, nacionais ou internacionais, nas áreas de atuação do INESC, podendo elaborar e desenvolver produtos de caráter editorial, de difusão cultural e educação política, organizar e realizar seminários, congressos e atividades similares.

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras do Instituto foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (CPC PME) e normas específicas aplicáveis as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)).

As demonstrações financeiras do Instituto foram aprovadas para emissão pela Administração em 12 de maio de 2023.

Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentados na Nota Explicativa nº 5.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utiliza julgamentos e estimativas que podem afetar a aplicação das políticas contábeis do Instituto e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos críticos

Não foram exercidos julgamentos críticos em 31 de dezembro de 2022 que tivessem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

Não foram identificadas incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que tivessem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023.

Mensuração do valor justo

Políticas e divulgações contábeis do Instituto requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 16 – Instrumentos financeiros.

5. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

5.1. Reconhecimento de receita

Receita de convênios

Os numerários recebidos para aplicação nos projetos são depositados em contas bancárias específicas, com contrapartida na receita. Quando alocados em aplicações financeiras, os saldos destas aplicações são acrescidos do rendimento financeiro correspondente.

Os saldos remanescentes de recursos de projetos, demonstrados no passivo circulante, correspondem à soma dos recursos recebidos dos financiadores e ainda não aplicados nos projetos. À medida que os recursos são utilizados para execução dos projetos/prestação de serviços, os valores aplicados são baixados como despesas.

Receitas sem restrições

As receitas sem restrições compreendem: (i) os rendimentos financeiros provenientes dos recursos de convênios, quando aplicados em instituições financeiras para rentabilizar os recursos ainda não aplicados aos projetos; (ii) taxas administrativas, que consistem na cobrança do Instituto de recursos pelo Instituto a título de intermediação na administração de projetos; e (iii) outras receitas eventuais.

5. Principais políticas contábeis--Continuação

5.2. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Instituto compreendem: (i) Rendimentos de aplicações financeiras com renda fixa; (ii) Despesa de juros sobre passivos de empréstimos; (iii) Outras receitas e despesas financeiras; (iv) Ganhos/perdas de variação cambial ativa e passiva.

Receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

5.3. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Instituto tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

5.4. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Instituto. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme tabela abaixo:

Descrição	Taxa Anual
Instalações	4%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Máquinas e equipamentos	20%

5. Principais políticas contábeis--Continuação

5.5. Provisões

5.5.1. Geral

Provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

5.5.2. Provisão para riscos judiciais

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Os processos relacionados a questões cíveis, trabalhistas ou tributárias em curso encontram-se provisionados e divulgados pelo Instituto.

5.5.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

O Instituto avalia periodicamente o efeito desse procedimento nas demonstrações financeiras, reconhecendo os ajustes necessários quando da ocorrência de indícios.

5. Principais políticas contábeis--Continuação

5.6. Ativos e passivos financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

a. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Compreendem aplicações financeiras contidas em caixa e equivalentes de caixa e adiantamentos a receber.

5. Principais políticas contábeis--Continuação

5.6. Ativos e passivos financeiros--Continuação

a. Ativos financeiros--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Instituto considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras são reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado.

b. Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Compreendem os saldos a pagar a fornecedores.

c. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d. *Impairment* de ativos financeiros

O Instituto avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de créditos associados aos títulos de dívida registrados ao custo de amortização e ao valor justo por meio do resultado. A metodologia aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Ver detalhes adicionais nas práticas contábeis específicas de cada ativo financeiro.

5. Principais políticas contábeis--Continuação

5.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

5.8. Patrimônio social

Representado pelo valor do patrimônio inicial acrescido (deduzido) do superávit (*déficit*) dos exercícios.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Fundo fixo de caixa	2.275	7.727
Banco conta movimento	2.030.721	122.256
	2.032.996	129.983
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras (i)	5.431.786	11.878.469
	5.431.786	11.878.469
	7.464.782	12.008.452

- (i) O saldo refere-se às aplicações financeiras em Fundo de Investimento em renda fixa com benchmark no Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 2022 teve remuneração variando entre 100 a 102%% do CDI. As aplicações podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada (liquidez imediata).

A exposição do Instituto a riscos de crédito para ativos financeiros é divulgada na Nota Explicativa nº 17.

Instituto de Estudos Socioeconômicos

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em Reais)

7. Imobilizado

	Instalações	Equipamentos de comunicação	Equipamentos de informática	Equipamentos de escritório	Móveis e utensílios	Total
Custo						
Saldo em 31/12/2021	2.620.956	16.163	283.181	99.297	226.188	3.245.785
Adições	-	-	51.154	20.411	10.753	82.318
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	2.620.956	16.163	334.335	119.708	236.941	3.328.103
Depreciação acumulada						
Saldo em 31/12/2021	(582.500)	(2.657)	(100.158)	(50.958)	(31.980)	(768.253)
Depreciação anual	(104.839)	(583)	(19.139)	(4.228)	(6.566)	(135.355)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	(687.339)	(3.240)	(119.297)	(55.186)	(38.546)	(903.608)
Valor líquido						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.038.456	13.506	183.023	48.339	194.208	2.477.532
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.933.617	12.923	215.038	64.522	198.395	2.424.495

O ativo imobilizado do Instituto compreende o reconhecimento de parcela de custo atribuído no montante de R\$ 1.613.827 conforme laudos técnicos de avaliação de bens móveis e imóveis emitidos em 20 de fevereiro de 2019. A prática do reconhecimento do custo atribuído foi permitida apenas na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, que ocorreu anteriormente ao ano de 2019.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não havia bens dados em garantia de dívidas.

Instituto de Estudos Socioeconômicos
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em Reais)

8. Obrigações sociais, trabalhistas e fiscais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Obrigações fiscais e encargos trabalhistas		
Provisão de férias	325.632	393.188
IRRF assalariado	-	3.263
INSS a recolher (Terceiros)	300	-
Obrigações tributárias		
ISS de terceiros	75	-
Outros	-	9.640
	<u>326.007</u>	<u>406.092</u>

Os valores referentes ao pagamento das despesas com pessoal e seus respectivos encargos são rateados entre os projetos de acordo com as verbas orçamentárias destinadas a cobrir os custos administrativos.

9. Projetos a realizar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
C. S. Mott Foundation	152.400	217.314
Fundação Ford (iv)	280.259	163.998
Institucional	260.405	116.124
KNH	3.802	-
Open Society Foundations (i)	1.399.723	2.473.515
Oxfam Brasil	50.062	40.000
PPM – Quadrienal (ii)	143.524	389.438
PPM – DH	23.866	79.202
Prêmio Itaú	58.078	72.477
ICS - Instituto Clima e Sociedade	66.832	128.271
Fastenopfer	328.016	353.207
Misereor	4.607	96.924
Clua (v)	825.393	1.226.600
Clua Mineração	517.152	955.520
Sage	258.881	464.946
Rainforest (iii)	6.884	-
The Malala Foundation	125.163	432.975
PWA	238.415	397.876
Fundar - <i>Centro de Analisis e Investigacion</i>	292.902	255.543
Misereor - DH 2022-2025	6.625	-
Campanha Educação	41.516	-
União Europeia	-	282.598
Fundação Avina	-	77.519
Fundação Herinrich Boll	-	5.616
Action Aid	-	13.701
	<u>5.084.505</u>	<u>8.243.364</u>

- (i)** Projeto General Support financiado pela Open Society com período de 05.10.2021 a 05.10.2023, no valor total de US\$ 500.000, que foi depositado em parcela única no dia 20.10.2021. O objetivo é dar suporte para fortalecer a organização e alcançar sua proposta institucional definida em seu quadrienal e missão.
- (ii)** Projeto Defesa da democracia e dos direitos sociais e ambientais financiado pela PPM – Pão para o Mundo com período de 01.01.2022 a 31.12.2024, no valor total de EUR 995.000, com desembolso trimestral de acordo com a execução do projeto. O objetivo é atuar, com outros, para minimizar os retrocessos nos direitos políticos, econômicos, culturais, sociais e ambientais no Brasil a partir da incidência no orçamento público e no sistema político.
- (iii)** Projeto Orçamento Público e Direitos na Amazônia Brasileira financiado pela Rainforest com período de 01.04.2021 a 31.12.2025, no valor total de R\$ 2.898.823, com desembolso anual. O objetivo principal do projeto é contribuir para fortalecer a narrativa e a disputa por um desenvolvimento amazônico ancorado na floresta e em direitos socioambientais.

9. Projetos a realizar--Continuação

- (iv) Projeto General Support for monitoring public budget and spending to ensure policies needed to protect the most vulnerable population from the current Covid-19 pandemic, financiado pela Fundação Ford, com período de 01.04.2021 a 31.03.2024, no valor total de US\$ 600.000 com desembolso annual. O objetivo é dar suporte para fortalecer a organização e alcançar sua proposta institucional definida em seu quadrienal e missão.
- (v) Projeto Socio-environmental rights protected from setback financiado pela CLUA – Climate and Land Alliance com período de 01.11.2021 a 31.10.2023, no valor total de US\$ 250.000, que foi depositado em parcela única no dia 19.11.2021. O objetivo do projeto é aumentar a proteção ambiental e garantir os direitos socioambientais em face dos investimentos em infraestrutura na Amazônia.

10. Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

O Patrimônio social do Instituto é constituído basicamente pelo patrimônio inicial e pelos superávits e déficits acumulados ao longo do tempo.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Registra o valor do custo atribuído reconhecido pelo Instituto com base em laudo técnico de avaliação. Ver detalhes na nota explicativa nº 7.

11. Doações

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
PPM - Quadrienal	1.514.204	1.430.911
Open Society Foundations	1.073.794	264.842
Rainforest	881.999	599.639
Clua	839.574	626.686
Fundação Ford	822.619	923.540
União Europeia - Reforma Política	799.716	2.033.495
C.S. Mott Foundation	530.714	505.350
The Malala Foundation	424.113	477.449
Misereor DH - 2019/2021	409.482	332.731
ICS - Comunicando com a Sociedade	391.439	43.775
Misereor - Orçamento e Direitos	380.756	181.493
Fastenopfer	354.594	42.016
KNH	282.557	345.236
ETF	258.160	-
Fundação Heinrich Böll	216.462	141.387
Fundar - <i>Centro de Analisis e Investigacion</i>	207.756	1.104
Sage	206.065	156.944
PPM – DH	190.100	212.944
PWA	159.461	129.026
Avina America Inc.	110.410	96.667
Oxfam - Projeto Mapa das Desigualdades	109.938	83.325
Institucional	53.244	20.573
Prêmio Itaú-UNICEF	14.399	9.241
Action Aid	13.701	77.002
Campanha Educação	10.529	-
BIC	-	1.105
Clua Mineração	-	155.746
Fastenopfer - Defesa frente à Mineração	-	192.542
Fastenopfer Monitoring Brazilian NDC	-	23.213
KNH - PAS	-	59.366
ONU Mulheres	-	382.274
Open Society Foundations - Proj. Budget and Right to Health	-	696.247
Oxfam Brasil - Juventude nas Cidades	-	115.053
Pepsico - LGBTQ+	-	78.766
Rainforest 2021	-	250.000
UCF - United Community Fund	-	130.698
	<u>10.255.787</u>	<u>10.820.387</u>

Instituto de Estudos Socioeconômicos
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em Reais)

12. Receitas sem restrições

	2022	2021
Rendimentos financeiros	1.127.196	239.387
Taxas administrativas		
União Europeia Reforma Política	216.747	106.471
Sage	5.000	1.302
Clua	200	107.656
Open Society Foundations - Budget and Right to Health	-	100.000
Pepsico	-	4.903
Avina	-	6.500
Fundação Heinrich Boll	-	4.140
Action Aid	-	6.255
Clua Mineração	-	101.433
PWA	-	31.000
Fastenopfer - Estudo de Caso	-	14.000
Total Taxas administrativas	221.947	483.660
Outras receitas		
Atividades	97.607	-
Plano de saúde	12.587	22.059
Alienação	3.000	-
Multa FGTS	1.433	-
Apropriação entre projetos	277	-
Ganho variação cambial	42	-
Transporte	-	54
Receitas não operacional	-	101.847
Total outras receitas	114.947	123.960

13. Despesas com atividades e projetos

a. Formar em orçamento e direitos

	2022	2021
Ajuda de custo	(19.380)	(55.800)
Alimentação	(43.980)	(4.982)
Aluguel de equipamento	(2.170)	-
Aluguel de espaço	(12.200)	-
Compra de materiais	(1.143)	(3.065)
Consultoria	(680.303)	(237.008)
Diagramação	(45.456)	(31.400)
Diária	(46.456)	-
Estagiários	(14.491)	(21.736)
Facebook e outras mídias digitais	(22.679)	(2.300)
Filmagens/vídeos	(30.530)	(3.000)
Hospedagem	(85.499)	-
Impressão de materiais	(7.403)	(55.685)
Ligações telefônicas	(25)	-
Mailing	(3.892)	-
Monitoria	(11.331)	(750)
Outros	(135.035)	(76.757)
Passagem aérea	(298.139)	-
Passagem terrestre	(2.400)	-
Reembolso	(3.126)	(389)
Revisão	(6.508)	(5.844)
Seguro viagem	(22.517)	-
Site	(224)	-
Tradução	(4.770)	(1.940)
Transporte	(35.256)	(4.282)
	(1.534.913)	(504.938)

13. Despesas com atividades e projetos--Continuação

b. Incidir no orçamento e nas políticas

	2022	2021
Alimentação	(199)	-
Compra de materiais	-	(900)
Consultoria	-	(1.035.397)
Diagramação	-	(94.630)
Estagiários	-	(34.590)
Facebook e outras mídias digitais	-	(18.768)
Filmagens/vídeos	-	(57.900)
Hospedagem	(189)	-
Impressão de materiais	-	(62.632)
Ligações telefônicas	-	(22.895)
Outros	-	(123.291)
Reembolso	-	(1.408)
Revisão	-	(17.720)
Tradução	-	(44.573)
Transporte	(98)	(1.200)
	(486)	(1.515.904)

c. Atuar na defesa da reforma política

	2022	2021
Ajuda de custo	(36.672)	-
Alimentação	(5.274)	-
Aluguel de espaço	(15.520)	-
Compra de materiais	(5.116)	-
Consultoria	(51.472)	(41.571)
Diagramação	(10.813)	-
Diária	(7.805)	-
Facebook e outras mídias digitais	(104.537)	(56.690)
Filmagens/vídeos	(113.889)	(60.129)
Hospedagem	(93.374)	-
Impressão de materiais	(32.159)	-
Monitoria	(450)	-
Outros	(620.137)	(1.157.456)
Passagem aérea	(310.327)	-
Reembolso	(5.653)	-
Revisão	-	(500)
Seguro viagem	(454)	-
Tradução	(8.900)	-
Transporte	(12.344)	-
	(1.434.895)	(1.316.346)

d. Inovar na gestão e na captação de recursos

	2022	2021
Ajuda de custo	-	(2.100)
Alimentação	-	(193)
Compra de software	-	(9.600)
Consultoria	-	(93.891)
Outros	(600)	(36.971)
Seguro viagem	-	(10.845)
Tradução	-	(6.100)
	(600)	(159.700)

Instituto de Estudos Socioeconômicos
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em Reais)

13. Despesas com atividades e projetos--Continuação

e. Apoiar parceiros institucionalmente

	2022	2021
Ajuda de custo	-	(5.792)
Alimentação	(3.876)	(234)
Aluguel de espaço	(14.400)	(15.000)
Compra de materiais	(3.794)	(5.028)
Consultoria	(576.081)	(566.896)
Correios	(1.716)	-
Diagramação	(430)	(35.173)
Estagiários	-	(300)
Facebook e outras mídias digitais	(40.674)	(32.019)
Filmagens/vídeos	(33.425)	(12.650)
Hospedagem	(38.961)	(535)
Impressão de materiais	(63.130)	(49.120)
Ligações telefônicas	(5.675)	(8.088)
Outros	(18.530)	(29.124)
Passagem aérea	(121.960)	(1.590)
Recursos digitais (facebook, google e outros)	-	(9.972)
Reembolso	(1.750)	(1.090)
Revisão	(351)	(10.543)
Seguro viagem	(830)	-
Site	(15.301)	(3.804)
Tradução	(13.397)	(30.499)
Transporte	(4.702)	(783)
	(958.981)	(818.240)

f. Outras despesas

	2022	2021
Ajuda de custo	(22.298)	-
Alimentação	(4.056)	-
Anuidade	(5.845)	-
Consultoria	(8.028)	-
Diária	(17.614)	-
Hospedagem	(7.512)	-
Outros	(74.647)	-
Passagem aérea	(88.731)	-
Reembolso	(260)	-
Seguro viagem	(13.050)	-
Tradução	(7.558)	-
Transporte	(2.139)	-
	(251.738)	-

g. Sujeitos fortalecidos

	2022	2021
Ajuda de custo	(171)	-
Alimentação	(14.217)	-
Aluguel de espaço	(3.100)	-
Compra de materiais	(733)	-
Consultoria	(624.373)	-
Diagramação	(42.769)	-
Diária	(29.328)	-
Estagiários	(14.925)	-
Facebook e outras mídias digitais	(13.491)	-
Filmagens/vídeos	(14.250)	-
Hospedagem	(59.861)	-
Impressão de materiais	(14.536)	-
Monitoria	(6.400)	-
Outros	(41.469)	-
Passagem aérea	(200.543)	-
Passagem terrestre	(200)	-
Revisão	(13.907)	-
Seguro viagem	(3.909)	-
Site	(40)	-
Tradução	(18.087)	-
Transporte	(21.476)	-
	(1.137.785)	-

13. Despesas com atividades e projetos--Continuação

h. Promover o direito às cidades

	2022	2021
Consultoria	-	(62.446)
Diagramação	-	(10.000)
Filmagens/vídeos	-	(3.200)
Outros	-	(57.763)
Reembolso	-	(1.880)
Transporte	-	(1.733)
	-	(137.022)

i. Influenciar espaços internacionais

	2022	2021
Consultoria	-	(85.000)
Diagramação	-	(2.500)
Filmagens/vídeos	-	(1.200)
Impressão de materiais	-	(1.927)
Ligações telefônicas	-	(718)
Outros	-	(7.500)
Revisão	-	(2.183)
Tradução	-	(3.548)
	-	(104.576)

j. Inovar a comunicação

	2022	2021
Consultoria	-	(143.560)
Diagramação	-	(400)
Facebook e outras mídias digitais	-	(10.602)
Impressão de materiais	-	(23.924)
Outros	-	(89.558)
Tradução	-	(7.182)
	-	(275.226)

14. Despesas com pessoal

	2022	2021
Salário	(3.874.487)	(3.416.739)
Vale Refeição	(510.329)	(443.862)
Rescisão de contrato (i)	(499.984)	(11.003)
Seguro Saúde	(458.009)	(536.354)
Férias	(305.834)	(530.154)
FGTS	(359.607)	(323.892)
13º Salário	(240.163)	(275.415)
Vale Transporte	(100.424)	(84.021)
PIS	(47.281)	(42.549)
Outros	(8.270)	-
	(6.404.388)	(5.663.989)

- (i) No exercício de 2022 o Instituto promoveu a demissão de profissionais de mais antigos para organização de seu quadro de colaboradores, o que ensejou um volume maior de gastos com rescisão de contrato de trabalho.

Instituto de Estudos Socioeconômicos
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em Reais)

15. Despesas operacionais

a. Administrativas e gerais

	2022	2021
Anuidade de cartão de crédito	(310)	(240)
Anuidade do CORECON	(672)	(612)
Atestado admissional e demissional	(655)	(75)
Auditoria externas	(55.750)	(62.350)
Cartório	(1.282)	(1.167)
Certificado digital	(1.485)	-
Condomínio e taxas	(52.000)	(45.450)
Copa e banheiros	(15.249)	(735)
Coroa de flores	(929)	-
Correios	(4.989)	(2.530)
Energia elétrica	(23.204)	(15.197)
Fotocópias	(7.303)	(1.880)
Honorários advocatícios	(35.017)	-
INPI-registro da marca do INESC	(642)	(582)
Internet	(13.973)	(11.158)
IPTU	(4.367)	(2.886)
Juros	(28)	-
Manutenção e conservação	(23.744)	(75.750)
Manutenção e equipamentos	(34.286)	(13.615)
Material de escritório	(21.859)	-
Multa (i)	(625.246)	-
Seguros	(3.253)	(2.549)
Serviços contábeis	(32.000)	-
Sistema radar	(57.186)	-
Telefone	(17.398)	(32.039)
Serviços externos	(2.260)	(4.041)
Material-escritório e equipamentos	-	(18.259)
Sistema-radar	-	(42.644)
Associação de classe	-	(570)
Taxa de funcionamento de estabelecimento	-	(999)
	(1.035.086)	(335.326)

- (i) Refere-se a multa por atraso na entrega de obrigações acessórias, cuja retificação ocorreu em 2022.

b. Despesas financeiras

	2022	2021
Despesas bancárias	(162.475)	(85.631)
IOF	(20.171)	-
Tarifas bancárias s/operação de câmbio	(3.915)	-
	(186.560)	(85.631)

c. Taxa administrativa

	2022	2021
CLUA	(17.445)	(209.089)
ETF	(1.200)	-
H BOLL GCB	(4.000)	-
OXFAM	(10.000)	-
PWA	(3.000)	(31.000)
SAGE	(46.000)	(1.302)
UNIÃO EUROPEIA - REFORMA POLÍTICA	(83.149)	-
ACTION AID	-	(6.255)
AVINA	-	(6.500)
FASTENAKTION	-	(14.000)
FUNDAÇÃO BOLL	-	(4.140)
OPEN SOCIETY FOUNDATION -INSTITUCIONAL	-	(100.000)
PEPSICO	-	(4.903)
UNIÃO EUROPEIA Reforma Política	-	(106.471)
	(164.794)	(483.660)

15. Despesas operacionais--Continuação

d. Depreciação e amortização

	2022	2021
Depreciação	(139.832)	(161.197)
Amortização	-	(266.230)
	(139.832)	(427.427)

e. Outras despesas operacionais

	2022	2021
Correios	-	(161)
Projeto FDCA/DF - No 417.000.687/2015	(4.642)	-
Compra de material	-	(5.722)
NST. H.BOLL	-	(463)
Apropriação entre projetos	(84.220)	-
	(88.862)	(6.346)

16. Isenções usufruídas

a. Isenções usufruídas

A isenção usufruída das contribuições sociais no exercício de 2022 compreendendo cota patronal do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (de acordo com CEBAS) totalizou o montante de R\$ 909.402.

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, goza também do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre seu superávit de acordo com o artigo 184 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR) aprovado pelo Decreto nº 9.580 de 22/11/18 e Lei nº 9.532/97.

b. Gratuidades concedidas

A prestação de serviços realizada pela instituição é integralmente gratuita, continuada, permanente e planejada para a realização de sua missão na defesa e garantia de direitos: presta serviços e executa programas ou projetos voltados prioritariamente para o aprimoramento dos processos democráticos visando à garantia dos direitos humanos. Para isso, atua diretamente na construção do diálogo com o/a cidadão/ã e a articulação e o fortalecimento da sociedade civil para influenciar os espaços de governança nacional e internacional e a consciência da sociedade, nos termos da Lei nº 8.742/1993 (art. 2º, III).

Considerando somente as receitas provenientes de doações de pessoas jurídicas, doações de pessoas físicas, receitas de aplicações financeiras, recuperação de despesas e isenção usufruída do INSS, as gratuidades concedidas em 2022 por meio dos seus projetos assistenciais totalizam o montante de todas as suas despesas, no montante de R\$ 13.338.921.

17. Gerenciamento de riscos

No curso normal das suas operações, o Instituto está exposto aos seguintes riscos:

17.1. Risco de crédito

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são mantidos em instituições financeiras de primeira linha e com reconhecida solidez no mercado.

17.2. Risco de liquidez

O Instituto adota a gestão de suas disponibilidades estabelecendo um montante de caixa mínimo estratégico, baseado no ciclo de caixa das operações, bem como no capital mínimo necessário para garantir as operações de crédito.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

17.3. Gestão de capital

O Instituto utiliza basicamente capital de patrocinadores de projetos para o financiamento de suas atividades. A Administração monitora os níveis de endividamento em relação à sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital.

17.4. Risco com instrumentos derivativos

O Instituto não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos ou quaisquer outras transações.

17.5. Risco operacional

O Instituto foi criado com o propósito de atuar junto a organizações parceiras da sociedade civil e movimentos sociais na discussão de políticas públicas e direitos humanos. Neste sentido, em função do seu caráter filantrópico, conta com o apoio de financiadores para exercer suas atividades.

A Administração busca assim atuar na captação de novos financiadores e acompanha a evolução das atividades no Brasil, monitorando o segmento de perto.

18. Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

- (a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras são mantidos em bancos de primeira linha têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos na data-base do balanço. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado;
- (b) **Fornecedores:** Obrigações junto a fornecedores são registradas pelo valor faturado que corresponde ao valor da exigibilidade até a data de vencimento e após essa data acrescido de juros *pro-rata temporis* de acordo com as bases comerciais.

19. Contas de compensação

O Instituto faz uso do sistema de contas de compensação, que se constitui num controle à parte do sistema patrimonial, ou seja, enquanto este último engloba as contas que compõem o patrimônio do Instituto como um todo, aquele abrange contas que servem exclusivamente para controle, sem fazer parte do patrimônio. Os saldos das contas de compensação correspondem aos valores a seguir:

	2022	2021
Compromissos com convênios – Ativo e Passivo		
Charles S. Mott Foundation	557.990	557.990
Fundação Ford	2.231.960	2.231.960
ICS	329.000	329.000
Misereor INESC	580.084	819.294
Rainforest	2.245.099	2.245.099
União Europeia	762.918	1.378.210
	6.707.051	7.561.553
Empréstimos entre projetos – Ativo e Passivo		
Reserva para União Europeia Reforma Política	762.918	-
	762.918	-

20. Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes que requeressem ajustes nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022.

* * *